

CONCURSO PÚBLICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO



ATENÇÃO	GABARITO
VERIFIQUE SE O GABARITO DESTES CADERNO DE QUESTÕES CONFERE COM O DO SEU CARTÃO DE RESPOSTAS	Z

DATA: 20/09/2009 - DOMINGO - TARDE

CARGO: S55 - Auditor do Tesouro Municipal

PROVA
3

FRASE PARA EXAME GRAFOLÓGICO (TRANSCREVA NO QUADRO DE SEU CARTÃO DE RESPOSTAS)

“A chave do sucesso na vida é o conhecimento do valor das coisas.”
John Boyle O’Reilly

A T E N Ç Ã O

O **Caderno de Questões** contém 30 questões de múltipla-escolha, cada uma com 5 opções (A, B, C, D e E).

1. Ao receber o material, verifique no **Cartão de Respostas** seu nome, número de inscrição, data de nascimento e cargo. Qualquer irregularidade comunique imediatamente ao fiscal de sala. Não serão aceitas reclamações posteriores.
2. As provas objetivas **3 e 4** terão juntas duração de 4 horas incluído neste tempo o preenchimento do **Cartão de Respostas**.
3. Leia atentamente cada questão e assinale no **Cartão de Respostas** a opção que responde corretamente a cada uma delas. O **Cartão de Respostas** será o único documento válido para a correção eletrônica. O preenchimento do **Cartão de Respostas** e a respectiva assinatura serão de inteira responsabilidade do candidato. Não haverá substituição do **Cartão de Respostas**, por erro do candidato.
4. Observe as seguintes recomendações relativas ao **Cartão de Respostas**:
 - A maneira correta de marcação das respostas é cobrir, fortemente, com esferográfica de tinta azul ou preta, o espaço correspondente à letra a ser assinalada.
 - Outras formas de marcação diferentes implicarão a rejeição do **Cartão de Respostas**.
 - Será atribuída nota zero às questões não assinaladas ou com falta de nitidez, ou com marcação de mais de uma opção, e as emendadas ou rasuradas.
5. O fiscal de sala não está autorizado a alterar qualquer destas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.
6. Você só poderá retirar-se definitivamente do recinto de realização da prova após 60 minutos contados do seu efetivo início, **sem levar o Caderno de Questões**.
7. Você só poderá levar o próprio **Caderno de Questões** faltando 60 minutos para o término do horário da prova, conforme Edital do Processo Seletivo Simplificado.
8. Por motivo de segurança, só é permitido fazer anotação durante a prova no **Caderno de Questões**.
9. Após identificado e instalado na sala, você não poderá consultar qualquer material, enquanto aguarda o horário de início da prova.
10. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o **Cartão de Respostas**.
11. Ao terminar a prova, é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o **Cartão de Respostas**. Não esqueça seus pertences.
12. O **Gabarito Oficial da Prova Objetiva** será disponibilizado no site www.funccab.org, no dia 22/09/2009, conforme estabelecido no Cronograma Previsto.

BOA PROVA

Realização:



61. Analise as assertivas a seguir e assinale a opção correta:

- I. Quando o Resultado Primário é suficiente para a cobertura dos juros e amortização da dívida, não havendo novas contratações, o déficit público tende a se manter constante.
 - II. A política fiscal recessiva busca aumentar o resultado primário da economia, visando à redução da dívida pública a partir do pagamento de juros e amortizações.
 - III. A política fiscal recessiva vai sempre em sentido contrário ao gasto (investimento) público.
- A) Somente estão corretas as assertivas I e II.
 - B) Somente estão corretas as assertivas II e III.
 - C) Somente estão corretas as assertivas I e III.
 - D) Somente a assertiva I está correta.
 - E) Nenhuma assertiva está correta.

62. Assinale a opção INCORRETA.

- A) Um sistema tributário é considerado regressivo quando as camadas de maior poder aquisitivo são as mais tributadas.
- B) O imposto proporcional é aquele que mantém as mesmas alíquotas de tributação, independente da renda.
- C) Os impostos diretos incidem sobre a renda.
- D) Os impostos indiretos incidem sobre o consumo.
- E) A tributação gera efeitos sobre a economia, em especial em relação aos preços praticados e à atividade econômica.

63. Sobre a Receita Pública NÃO está correto afirmar:

- A) Receita Pública Derivada é a receita pública efetiva obtida pelo Estado em função de sua soberania, por meio de tributos, penalidades, indenizações e restituições.
- B) Receitas patrimoniais, receitas de serviços e receitas agropecuárias são exemplos de receitas públicas originárias.
- C) As receitas derivadas são formadas por receitas correntes segundo a classificação da receita pública, por categoria econômica.
- D) Receita tributária e receita de contribuições são exemplos de receitas públicas derivadas.
- E) As receitas correntes são os ingressos financeiros oriundos das atividades operacionais do Estado e serão aplicadas somente nas despesas correntes da Administração, visando atingir os objetivos dos programas de governo.

64. Face ao que preceitua a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), assinale a opção INCORRETA.

- A) Nos estados, a receita corrente líquida representa o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidas as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional.
- B) Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.
- C) A operação de crédito por antecipação de receita destina-se a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro e deverá ser liquidada, com juros e outros encargos incidentes, até o dia 31 de dezembro do ano em que foi realizada.
- D) É vedado ao titular de Poder Executivo, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.
- E) A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

65. Analise as opções abaixo e assinale a INCORRETA.

- A) Segundo o princípio da capacidade econômica, as pessoas devem contribuir segundo a sua capacidade real de pagamento, ou seja, quem recebe mais ou detém maior patrimônio, paga mais e quem recebe menos ou detém menor patrimônio, paga menos.
- B) A aplicação do princípio da capacidade de pagamento representa uma maior justiça tributária, num sentido mais aproximado de equidade de tratamento entre iguais e desiguais.
- C) Segundo o princípio da progressividade, as maiores alíquotas seriam aplicadas às camadas mais favorecidas ou em classes de renda mais altas da população.
- D) Segundo o princípio da regressividade, quanto menor a renda, maior seria o percentual da alíquota.
- E) O princípio da neutralidade ou proporcionalidade implica dizer em tributos proporcionais aos ganhos, ou seja, alíquotas iguais e únicas em qualquer faixa. resultariam em maiores valores arrecadados, conforme a situação individual de renda de cada um.

66. O senhor Joaquim comprou um título, no regime de juros simples, por R\$ 2.000,00, com um prazo de 18 meses e taxa de juros de 15% ao ano. Um ano depois, vendeu o título no mercado, pelo regime de juros simples. Determine o valor recebido pelo título, sabendo que, no momento da venda, a taxa de juros era de 24% ao ano.

- A) R\$ 2.450,00
- B) R\$ 2.360,50
- C) R\$ 2.480,00
- D) R\$ 2.187,50
- E) R\$ 2.220,20

67. Um empresário está analisando a possibilidade de realizar um projeto com vida útil de 3 anos, que exigirá um investimento inicial de R\$ 1.800,00. Analisando as estimativas de fluxos de caixas futuros, representadas na tabela a seguir, e sabendo que a taxa de juros é de 10% ao ano, determine o valor presente líquido do investimento.

ANO	FLUXO DE CAIXA
0	-1.800,00
1	+1.000,00
2	+1.300,00
3	+500,00

- A) + R\$ 559,13
- B) - R\$ 890,91
- C) + R\$ 231,18
- D) 0
- E) - R\$ 780,45

68. Marque a alternativa que contém uma proposição equivalente a "Maria não vai à escola ou Pedro dorme mais".

- A) Se Maria não vai à escola, então Pedro dorme mais.
- B) Se Pedro dorme mais, então Maria vai à escola.
- C) Se Maria vai à escola, então Pedro dorme mais.
- D) Se Maria não vai à escola, então Pedro não dorme mais.
- E) Se Maria vai à escola, então Pedro não dorme mais.

69. Determine a variância dos valores apresentados no quadro abaixo.

1	8	5	2	9
---	---	---	---	---

- A) 5
- B) 8
- C) 10
- D) 0
- E) 8,6

70. Determine a taxa efetiva semestral equivalente à taxa de 16% ao ano, capitalizados trimestralmente.

- A) 8,0% ao semestre.
- B) 8,16% ao semestre.
- C) 12% ao semestre.
- D) 9,24% ao semestre.
- E) 9% ao semestre.

71. Acerca da competência tributária prevista na Constituição Federal é correto afirmar:

- A) cabe à lei complementar estabelecer normas gerais sobre matéria tributária, bem como dispor sobre conflitos de competência entre os diferentes entes da federação.
- B) incumbe aos Municípios instituir impostos sobre serviços de transporte intermunicipal e sobre a propriedade predial e territorial urbana.
- C) pode a União instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional, a fim de promover o desenvolvimento socioeconômico entre as regiões do país.
- D) compete aos Estados instituir impostos somente sobre a doação de bens imóveis, ressalvados os bens móveis e direitos de natureza imaterial.
- E) é da União a competência tributária para instituir impostos sobre operações relativas ao serviço de comunicação, enquanto aos Estados cabe instituir impostos relativos à circulação de mercadorias.

72. Sobre as regras referentes à legislação tributária previstas no CTN, assinale a alternativa correta.

- A) Os tributos somente podem ser instituídos por lei, podendo a sua extinção, excepcionalmente, ocorrer mediante a expedição de decreto pelo Chefe do Poder Executivo.
- B) Os convênios possuem natureza de ato primário em matéria tributária, podendo fixar a alíquota do tributo, bem como a sua base de cálculo.
- C) A lei tributária aplica-se a fato pretérito quando, tratando-se de ato não definitivamente julgado, deixar de defini-lo como infração.
- D) Na ausência de lei tributária para regulamentar a matéria, pode a autoridade competente para aplicar a legislação, se valer dos costumes.
- E) A lei tributária é interpretada extensivamente quando tratar sobre a outorga de isenção de tributos.

73. No que concerne à obrigação tributária, é correto afirmar que:

- A) a autoridade administrativa possui atividade vinculada em matéria tributária, não tendo atribuição para desconstituir atos ou negócios jurídicos, sem a devida autorização judicial;
- B) a obrigação acessória se constitui em prestações positivas ou negativas, realizada no interesse exclusivo do contribuinte;
- C) considera-se contribuinte aquele que, mesmo sem ter relação pessoal com a situação que constitua o fato gerador, é sujeito passivo da obrigação tributária;
- D) podem as convenções particulares alterar a responsabilidade pelo pagamento de tributos, independentemente de autorização legal;
- E) a capacidade passiva tributária independe da civil das pessoas naturais.

74. Acerca da Lei nº 6.830/80, que dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, é correto afirmar.

- A) É aplicável exclusivamente na cobrança da dívida ativa das entidades integrantes da administração direta.
- B) A dívida ativa fazendária compreende apenas as obrigações de natureza tributária.
- C) A execução fiscal somente poderá ser promovida contra o devedor e seu fiador.
- D) A competência para o processo e julgamento das execuções fiscais é absoluta, excluindo a de qualquer outro Juízo, inclusive o da falência.
- E) Ao receber a inicial, deve o juiz citar o executado para, em trinta dias, pagar a dívida ou garantir a execução.

75. No que se refere a responsabilidade tributária, é correto afirmar.

- A) É vedada expressamente por lei a transferência da responsabilidade tributária a terceira pessoa, de modo a excluir a responsabilidade do contribuinte.
- B) A responsabilidade por infrações da legislação tributária sempre dependem da intenção do agente ou responsável e levam em conta a natureza e extensão dos efeitos do ato fraudulento.
- C) A denúncia somente é considerada espontânea se apresentada em momento anterior ao início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relativos à infração.
- D) O inventariante sempre responde pelos tributos devidos pelo espólio, ainda que seja possível a exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte.
- E) A responsabilidade tributária jamais pode ser pessoal do agente, sempre respondendo pelos débitos e infrações a pessoa jurídica.

76. Sobre o crédito tributário, assinale a alternativa correta.

- A) O crédito tributário, após a sua regular constituição, pode ser modificado ou extinto por ato de autoridade administrativa, no exercício de poder administrativo discricionário.
- B) O lançamento rege-se pela lei vigente à época do pagamento da obrigação.
- C) O recurso de ofício e a impugnação são causas de alteração no lançamento, admitidas após a regular notificação do sujeito passivo.
- D) Ainda que a declaração não seja prestada por quem de direito, de acordo com a lei tributária, é vedado o lançamento de ofício pela autoridade administrativa.
- E) Os erros contidos na declaração efetuada pelo sujeito passivo nunca admitem a retificação pela autoridade administrativa, e somente pode ser realizada por iniciativa do próprio declarante.

77. Acerca dos tributos em espécie, é correto afirmar.

- A) O imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias pode ser cumulativo, desde que para atender a necessidades urgentes e de interesse público.
- B) Pode o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana ser progressivo em razão do valor do imóvel.
- C) O imposto sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal não poderá ser seletivo em razão da essencialidade dos serviços.
- D) É vedada a instituição de alíquotas diferenciadas nos impostos sobre a propriedade de veículos automotores.
- E) O imposto incidente sobre produtos industrializados será sempre cumulativo, por visar o controle sobre a atividade econômica.

78. Conforme Art. 153, da Constituição Federal, pode a União instituir impostos sobre:

- A) transmissão causa *mortis* e sobre a importação de produtos estrangeiros;
- B) renda e proventos de qualquer natureza e sobre serviços de qualquer natureza;
- C) operação relativa à circulação de mercadorias e sobre serviço de comunicação;
- D) exportação de produtos nacionais ou nacionalizados para o exterior;
- E) propriedade territorial rural e sobre a propriedade de veículos automotores.

79. Sobre as limitações constitucionais do poder de tributar, é INCORRETO afirmar que:

- A) são uma garantia prevista na Constituição Federal, voltada para a proteção do contribuinte;
- B) não se admite o tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente;
- C) é vedada a utilização do tributo com efeito confiscatório;
- D) não podem ser instituídos impostos sobre livros, jornais e periódicos;
- E) ato normativo de qualquer espécie pode servir de instrumento para aumentar tributos.

80. São causas de suspensão do crédito tributário.

- I. As reclamações administrativas e a moratória.
- II. O pagamento e o parcelamento.
- III. A concessão de medida liminar em mandado de segurança.
- IV. O depósito parcial e a moratória.
- V. O parcelamento e a concessão de tutela antecipada em ação judicial.

Estão corretas as seguintes alternativas:

- A) apenas I, II e IV.
- B) apenas I, III e V.
- C) apenas II, III e V.
- D) apenas III, IV e V.
- E) todas as alternativas estão corretas.

81. No que concerne ao pagamento, assinale a alternativa correta.

- A) A imposição de penalidade elide o pagamento integral do crédito tributário.
- B) O vencimento do crédito tributário ocorre 90 dias depois de notificado o sujeito passivo, na ausência de lei acerca da matéria.
- C) Os juros de mora podem deixar de ser cobrados, se houver justificativa do contribuinte para o inadimplemento da obrigação tributária.
- D) O pagamento do débito tributário pode ser realizado por meio de cheque, moeda corrente ou vale postal.
- E) Havendo omissão legal, o pagamento de tributos deve ser realizado na repartição competente do domicílio do sujeito ativo.

82. Quanto aos privilégios e garantias do crédito tributário é correto afirmar.

- A) As garantias tributárias encontram-se exclusivamente enumeradas no Código Tributário Nacional, tendo em vista o princípio da supremacia do interesse público.
- B) A totalidade dos bens e rendas integrantes do patrimônio do sujeito passivo responde pelo pagamento do crédito tributário, ressalvados aqueles declarados absolutamente impenhoráveis em lei.
- C) A alienação de bens pelo sujeito passivo em débito com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito na dívida ativa é sempre fraudulenta, ainda que tenham sido reservados bens para o pagamento da dívida.
- D) A cobrança do crédito tributário, por gozar de privilégio, está sujeita a concurso de credores e habilitação em recuperação judicial.
- E) A sentença de julgamento de partilha ou adjudicação pode ser proferida, ainda que ausente a prova de quitação de tributos relativos aos bens e rendas do espólio.

83. O Simples Nacional previsto na LC 123/2006, implica o recolhimento mensal, mediante documento único de arrecadação, dos seguintes impostos e contribuições, dentre outros:

- A) Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica e Imposto sobre a Importação de Produtos Estrangeiros.
- B) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural.
- C) Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários e Imposto sobre a Importação de Produtos Estrangeiros.
- D) Contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica.
- E) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica.

84. Sobre os temas dívida ativa e certidões negativas é correto afirmar.

- A) A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez.
- B) A omissão no termo de inscrição da dívida de requisitos previstos na lei gera mera irregularidade, sanável após o pagamento do tributo.
- C) A autoridade administrativa pode deixar de expedir certidão negativa, segundo juízo de conveniência e oportunidade.
- D) Em regra, a certidão negativa deve ser sempre fornecida dentro do prazo de 30 dias, contados do requerimento, dispensando a prova da quitação de tributos.
- E) A presunção de liquidez e certeza da dívida regularmente inscrita é absoluta, não admitindo prova em contrário.

85. No que concerne aos impostos assinale a alternativa correta.

- A) É contribuinte do imposto territorial rural o proprietário ou possuidor de imóvel localizado na zona urbana do Município.
- B) O imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza pode ser instituído por todos os entes da federação, em razão da competência constitucional concorrente.
- C) O imposto sobre produtos industrializados é seletivo em função da essencialidade do produto.
- D) Os impostos extraordinários instituídos pela União na iminência ou no caso de guerra externa, podem se tornar definitivos em razão da existência de interesse público.
- E) Considera-se contribuinte do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana o proprietário ou locatário de imóvel situado em área urbana.

DIREITO CONSTITUCIONAL

86. Em relação à Ação Direta de Inconstitucionalidade, assinale a alternativa correta.

- A) A ação direta de Inconstitucionalidade pode ter como objeto leis ou atos normativos federais, estaduais e municipais em face da Constituição da República.
- B) Uma vez proposta a ação direta de inconstitucionalidade, só será admitida a desistência da ação se anterior à apreciação da liminar pelo Relator.
- C) A medida cautelar na ação direta de inconstitucionalidade, em regra, é dotada de eficácia contra todos e será concedida com efeitos retroativos.
- D) A Mesa da Assembleia Legislativa e o Governador do Estado são exemplos de legitimados à propositura da ação direta que devem obediência ao requisito da pertinência temática.
- E) O Relator, considerando a relevância da matéria e representatividade dos postulantes, poderá, por decisão recorrível, admitir a intervenção do *amicus curiae*.

87. Conforme o disposto no texto constitucional, é correto afirmar.

- A) não se reconhece, no ordenamento constitucional brasileiro, o fenômeno da inconstitucionalidade formal superveniente;
- B) mutação constitucional é fenômeno pelo qual a nova Constituição em vigor recepciona as leis infraconstitucionais anteriores, caso sejam com ela compatíveis;
- C) é possível a declaração de inconstitucionalidade de normas constitucionais originárias, conhecidas como normas constitucionais inconstitucionais;
- D) o controle incidental de constitucionalidade pode ser realizado por todos os Tribunais do País, sendo vedada a sua aplicação por Juízes Monocráticos, sob pena de usurpação da Reserva de Plenário;
- E) o Supremo Tribunal Federal não admite o instituto da inconstitucionalidade por arrastamento no controle de constitucionalidade das leis e atos normativos.

88. Sobre os Direitos e Garantias Fundamentais previstos na Constituição da República, assinale a alternativa correta.

- A) A casa é asilo inviolável do indivíduo, salvo, durante o dia e à noite, nos casos de flagrante delito, de desastre e de ordem judicial fundamentada.
- B) É possível a quebra do sigilo de correspondência e das comunicações telefônicas por ordem judicial, para fins de investigação criminal e instrução processual penal.
- C) O princípio da retroatividade benéfica da lei penal é garantia fundamental prevista na Constituição da República.
- D) O princípio da função social da propriedade, apesar de previsto pelo Código Civil, não é assegurado como garantia fundamental pela Constituição da República.
- E) A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, mediante justa e prévia indenização em dinheiro ou em títulos da dívida pública.

89. No que concerne a organização de poderes do Estado assinale a alternativa correta:

- A) O Poder Legislativo, exercido pelo Senado Federal, é composto por representantes do povo e dos Estados da Federação e do Distrito Federal.
- B) A instauração de processo contra o Presidente da República deve ser precedida de autorização de dois terços dos membros da Câmara dos Deputados.
- C) As Comissões Parlamentares de Inquérito, com poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, podem ser criadas por prazo indeterminado.
- D) São órgãos do Poder Judiciário o Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público.
- E) É vedada a instituição de sistema de controle interno nos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, segundo o princípio da separação de poderes.

90. Acerca da tutela constitucional das liberdades é correto afirmar:

- A) A retificação de informações constantes de registros ou banco de dados de instituições privadas somente pode ser realizada através da ação de *habeas data*.
- B) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por associação constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus associados.
- C) Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, ainda que necessária ampla dilação probatória.
- D) A ação de *habeas data* pode ser gratuita, desde que demonstrada a hipossuficiência econômica da parte interessada.
- E) A ação popular somente pode ser proposta por cidadão que demonstre interesse fático e jurídico na anulação de ato lesivo ao patrimônio público e ao meio ambiente.